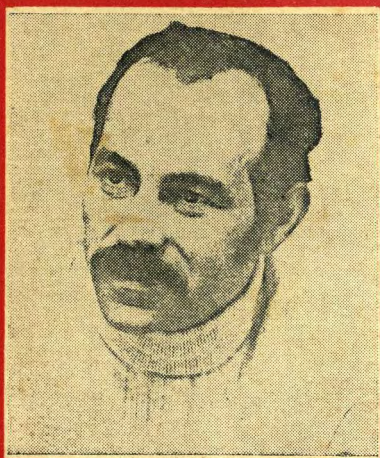


cena actual

1

o fosso

TEATRO



JAIME GRALHEIRO



JAIME GRALHEIRO

O FOSSO

Jornal do Fundão
1972

Com O Fosso, de Jaime Gralheiro, toma início e existência esta colecção «Cena Actual», que o «Jornal do Fundão» se propõe publicar. Parece-me justificável, por isso mesmo, que aproveite estas linhas introdutórias para dizer alguma coisa sobre o que, nos termos do meu entendimento, há-de nortear o esquema dos livros em sequênciã.

Neste século 20, talvez mais do que nunca, o Teatro (como muitas outras manifestações de Arte) vê-se reduzido a uma mercadoria. Isto acontece mercê do corrompimento que sofre nos meandros da sociedade capitalista, descendo a uma cotação extremamente baixa no conceito do público-público. Verdade é que um Tchekov denunciava o burguês pela sua ignorância e pusilanimidade; Ibsen desmascarava-o como medíocre e transigente; Strindberg escalpelizou-lhe a cobardia; Shaw a complacência; Brecht a hipocrisia e a ganância; Pirandello o intriguismo e o espírito sensacionalista. Mas estes são casos de excepcionais artistas. Normalmente acontece o contrário: vemos o homem do Teatro ceder e alinhar.

Tempo alienado — ou talvez melhor, tempo de indústria alienada — nele o Teatro só se mostra (aos comerciantes) como capaz

de se manter em condições de viabilidade económica quando se condena e se reduz a constituir uma diversão de snobes. Estou a recordar, a propósito, aquilo que Brecht escrevia nas suas notas à Ascensão e Queda da Cidade de Mahagony. A mentalidade acrítica burguesa constitui uma forma de consciência que está precisamente na base do motivo pelo qual se não discute nada no Teatro burguês.

A resposta é conhecida. O dramaturgo de tal Teatro sabe que não tem absolutamente coisa alguma a esperar de uma discussão imaginada e representada no plano desmistificante da crítica. A mais pequena polémica que se estabeleça no palco sobre a forma e o estado da sociedade actual, mesmo que apenas se ponham em causa os seus factores de menor relevância e projecção, desde logo se transformaria, sem freios, numa ameaça terrível contra esta constituição social. Por essa razão, nunca o homem do Teatro burguês se nos apresentará em boa verdade como aquele que analisa e tende, dramaticamente, para transformar as coisas e todas as condições, transformando-se também.

O dramaturgo paralyticamente burguês (repara-se bem que não lhe estou a pôr em causa o seu nível puramente estético) não terá cabimento nesta «Cena Actual» — isto é, dele aqui não terão lugar as obras que mostrem, declarem ou insinuem por qualquer forma que a sociedade atingiu, com a sua expressão actual, o último grau do seu desenvolvimento. E julgo que com estas pa-

lavras se definem, muito límpidas, as fronteiras da nova colecção.

Posto isto, direi que a peça de Jaime Gralheiro — aquela que constitui o presente volume — se integra à evidência nos quadros da minha perspectiva. Trata-se de uma obra crítica. É um drama dissolvente das aparências e das hipocrisias da sociedade burguesa. E não há um só dos seus elementos que não esteja funcionalmente ao serviço dessa intenção dismistificante: o coro popular inicial, qualquer coisa de dança onde transpira um desejo de desalienar; por outro lado, o estereotipado discursivismo dos corifeus políticos da burguesia, onde há sempre presidentes, presidentes de presidentes, excelências e reverências (coisa que aliás marca uma certa linha de analogia com a segunda peça desta colecção, *A Décima Turista*, de Mendes de Carvalho); depois o coro dos corvos, e depois ainda o dos maltrapilhos, etc., etc. — tudo numa conjugada intervenção de factores que são os costumados instrumentos ou escalpelos para a acção analítica daquele Teatro moderno que nos convém. Neste sentido, a peça de Jaime Gralheiro tem natureza épica — já pelas suas categorias pessoais (coros, autor-narrador, pantomima, desdobramentos), já pelos seus factores estruturais (prólogo, alocações intermediárias, canções), já ainda pelos respectivos elementos instrumentais (cartazes e projecções).

Num tempo em que tanto se fala na noção de «espaço» (são os espaços económicos, os espaços culturais, os espaços li-

vres) a peça de Jaime Gralheiro estabelece ou descobre, a tal propósito, um jogo complexo de contradições. Mas se é verdade que este drama, conforme se desenvolve e progride, nos estrangula num «espaço-hoje» de limites sufocantemente dramáticos, (o que se representa na morte de Joaquim Pitorra à orla do «fosso» intransponível), não é menos exacto que a iluminada esperança de uma porta aberta subsistirá para nós, e para os vindouros, com o destino do seu neto. Este galga o fosso, passa além dele e segue o caminho do que é diferente.

Duas palavras, ainda, para rematar este prefácio justificativo da colecção. Se bem julgo, ela realizará adequadamente a continuidade (atrevo-me a dizê-lo) de uma esboçada tradição portuguesa de Teatro crítico — isto mau grado o comum das vozes que nos apregoam um país sem Teatro. Lembra-rei Manuel de Figueiredo, Correia Garção, Cruz e Silva e António José da Silva, todos do século 18: o primeiro, autor de João Fernandes feito Homem (obra a integrar em «Cena Actual»), onde se impugnam as pretensões nobiliárquicas; o segundo, autor da comédia Assembleia ou Partida, sátira dos ridículos de uma burguesia com pretensões afidalgadas; o terceiro, com idênticas intenções em O Falso Heroísmo; e o quarto, criticando nas célebres Guerras do Alecrim e da Manjerona, os costumes de uma aristocracia contrastante do bom senso e da despreconcebida franqueza das pessoas da (chamada) condição inferior.

Poderíamos até não ficar por aqui. As-

sim, esta «tradição» de um Teatro crítico passaria ainda por Mendes Leal, que em Pedro discute a abolição dos privilégios classistas, e por Ernesto Bister, autor de *Fortuna e Trabalho* e de *Os Operários*, onde se exaltam «os soldados obscuros das modernas lutas da inteligência» (ambos estes dramaturgos do século 19), e poderia ir mesmo desembocar num Vitoriano Braga, o de *A Casaca Encarnada*, a peça dos anos 20 deste nosso século que vale todo o processo de uma burguesia gananciosa e arranjista, ave de rapina que açambarcou os valores económicos mais válidos da sociedade do pós-guerra de 14. E não deixava, também, de ter lugar uma referência ao «Teatro Livre» de 1904, determinado pelas suas intenções de transformar a Arte, e a Manuel Laranjeira, o obsessionado pelas injustiças do mundo moderno. Mas rematarei antes com a adopção, a título de lema para esta «Cena Actual», de uma frase típica do nosso Manuel de Figueiredo do século 18, a qual parece antecessora do didatismo de Brecht. «O Teatro — dizia Manuel de Figueiredo — é uma escola, é uma aula, e deve ser uma missão». Eis uma réplica a ter presente no momento em que, com o pretexto fácil de se respeitar a (por eles dita) maior liberdade criadora do artista, andam alguns muito atarefados com o apregoar as suas inefáveis independências.

F. L. S.